

O Cotidiano da ruína: caminhos vivos de uma luta antimanicomial

The daily wrecks: pathways of a psychiatric reform

Mario Cesar Carvalho de Moura Candido; Maria Cristina Campello Lavrador

Universidade Federal do Espírito Santo.

RESUMO:

O cotidiano da ruína se apoia em fragmentos de experiências junto a moradores de uma residência terapêutica, ex-internos de um hospital psiquiátrico nas cercanias do município de Vitória-ES. Tendo suporte nas ideias de cotidiano e barbárie positiva, de Maurice Blanchot e Walter Benjamin respectivamente, busca-se dar expressão a experiências e conceitos capazes de despertar a atualidade e importância da luta antimanicomial, fazendo ressoar seus pressupostos sobre os modos de vida na contemporaneidade. A pesquisa utiliza dados cultivados em cadernos de campo, que inspiraram a produção de pequenas narrativas distribuídas ao longo do texto. Os resultados apontam para o reforçamento da luta por um cuidado em liberdade, abrindo-o às interferências geradas na produção de um cotidiano sempre em movimento.

Palavras-chave: cotidiano; saúde mental; luta antimanicomial.

ABSTRACT:

The daily wrecks is based on experiences with former interns of a psychiatric hospital who moved to a therapeutical residence in Vitória-ES. After the isolation lived in the hospital, they experience a care that takes place in the city. Maurice Blanchot's "daily life" and Walter Benjamin's "positive barbarism" are conceptual tools used to express the psychiatric reform current importance, as well as the interferences that the reform can bring to life as a whole. The research is built over impressions registered in field notebooks that were used to create small narratives illustrating episodes of the resident's lifes. The results reinforce the importance of a free, mutual care in the field of mental health, a care that is opened to unpredictable interactions amidst a constantly changing "daily life".

Key-words: daily life; mental health; psychiatric reform.

1. Introdução

Sobre a estreita pia viam-se cenouras, abobrinha e folhas verdes mergulhadas em bacia cheia d'água. Mais ao lado, um velho escorredor de louças carregava canecas de várias cores e tamanhos, já secas. No fogão, água borbulhante espirrava para fora do caneco antigo, esturricado.

Então, uma mulher lava a antiga garrafa de café, rápida, e posiciona sobre ela o velho filtro de pano. É aí que em câmera lenta ela despeja a água e, hipnotizada, assiste à mágica quente, esfumaçada, que torna água em café.

Depois, num golpe simultâneo, a mulher fecha a garrafa e rejeita o filtro na pia. Desordenadas, as tramas do filtro deixam escapar desenhos em cor negra que se movem vagarosamente em direção ao ralo, destino de todo refugo. Desenhos de um pó-refugo que não foge à atração de seu buraco negro; pó de café que faz da sua passagem rio quente, caudaloso, vivo. Deixa um recado: inútil detê-lo.¹

Inútil detê-lo, escorre formando desenhos e desaparece em alguma outra dimensão que foge à vista. Falar deste pó é fazer referência àquilo que também escapa ou escorre para além das certezas constituídas e dos territórios conhecidos, estremecendo as sedimentações provisórias do viver. O pó não se detém; escapa, escorre.

O pó de café prestes a ser descartado pega de surpresa quem, quase hipnoticamente, insiste um pouco mais na força de sua imagem escorrida; intercepta aquele que, como num ato de surpresa e talvez cansaço, respira mais lentamente, descansando o olhar em um movimento a princípio insuspeito, banal.

Uma banalidade lenta, morna, que esconde de nosso olhar corriqueiro uma força que fala quase em silêncio (ou silencia quase falando). Força que se revela no interstício entre hábito conhecido e deriva estrangeira, fazendo-se presente na forma daquilo que é pequeno, insignificante, sobra, lixo.

Este trabalho se concentra nesta presença de um pequeno e insignificante rumor que aponta para novos caminhos de nossas práticas e vidas. Seu ponto de visibilidade imediata é o reforçamento da luta por um cuidado mútuo e em liberdade que se faz no campo da saúde mental, mais especificamente em um serviço residencial terapêutico.

Os Serviços Residenciais Terapêuticos, também conhecidos como Residências Terapêuticas, são locais de moradia destinados, dentre outros casos, a pessoas que vivenciaram longas internações psiquiátricas (anos ou décadas) e que por isso mesmo encontram-se em dificuldade de restaurar os laços sociais que mantinham antes do período de internação (BRASIL, 2004). As residências, junto aos outros equipamentos de saúde e cuidado instituídos pela rede de atenção psicossocial, constituem ferramentas importantes para a manutenção e avanço das conquistas da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial. É neste contexto que propomos reflexões que possam afetar a todos na construção de um mundo por vir.

Em meio aos grandes edifícios de nossa vida contemporânea, deter-se hipnoticamente sobre o pó que escorre pelo ralo é atitude provocadora que lembra, também, de uma destruição. O pó é a ruína, o caco, testemunho das coisas destroçadas, quebradas, fugitivas de suas ideais funcionalidades. Em meio a este cenário vive uma

aposta de que pó, restos e cacos sirvam como matérias fundamentais para o exercício, sempre provisório, de outros modos de cuidar, pensar, viver.

2. Segue o pó e também as cinzas: o cotidiano da ruína

Fala-se aqui de uma destruição que também é oportunidade. Jovial e alegre, segundo Benjamin (2000), o caráter destrutivo tem como lema criar espaço, trazer ar, fazer respirar. Sem compromisso com a racionalidade explicativa, ele realiza seu intuito desprovido do peso de afirmação de quaisquer utopias. Longe de uma vinculação a imagens idealizadas ou da figura mítica de um “mundo perfeito”, ele age em conformidade com sua própria lógica: a da destruição, do despejo, da abertura para algo inominável, desconhecido.

Atuando como um sinal, o caráter destrutivo não anima nada além de si próprio, mas deixa antever sob escombros alguns caminhos. E nesse fluxo segue seus encarnados desígnios, secretando matérias esquartejadas, elas mesmas quase já dissolvidas, prestes a desaparecerem no ralo da pia.

Em seus efeitos que escorrem pela geografia acidentada de nós mesmos, a força destrutiva encarnaria algo como a alegoria de um pensamento:

O caráter destrutivo está no front dos tradicionalistas. Alguns transmitem as coisas, tornando-as intocáveis e conservando-as; outros transmitem as situações, tornando-as manejáveis e liquidando-as. Estes são chamados destrutivos.

O caráter destrutivo tem a consciência do homem histórico, cujo sentimento básico é uma desconfiança insuperável na marcha das coisas e a disposição com que, a todo momento, toma conhecimento de que tudo pode andar mal. Por isso, o caráter destrutivo é a confiança em pessoa.

O caráter destrutivo não vê nada de duradouro. Mas eis precisamente por que vê caminhos por toda parte. (BENJAMIN, 2000: 237).

Uma destruição que dissolve as coisas já dadas, transformando-as mais uma vez em matérias moventes: dobradura redobrada, aço derretido, desenhos de pó escorrido. Neste movimento o caminhar das coisas desconfia das verdades sólidas, intocadas, abrindo espaço para um certo desconhecimento, algo como um abismo escuro que precede, silencioso, formas desconhecidas que se delineiam discreta e insistentemente.

Longe da busca por verdades prontas ou soluções universais, este trabalho propõe a transmissão de situações e não de coisas. Com isso, apostamos em destruições cotidianas, simples, mas que carregam, quem sabe, a força para deslocar e ampliar afetos e lutas.

“Não fale muito alto perto dele”, diziam duas mulheres em sussurros. O homem alto, de porte longilíneo e elegante insistia em ficar sempre pelos cantos, de cabeça baixa. “Está assim desde que saiu do Adauto”, diziam elas. Esporadicamente, o silêncio e recolhimento do sujeito se desfaziam em ruidosas irrupções de violência, gritos, quebradeira.

Sem saber muito bem o que dizer, fazer ou sentir em relação ao homem, concluiu-se que seria de bom tom deixá-lo sempre isolado, entregue às rumações privadas de um silêncio que ninguém decifrava.

Até que um dia quebrou a cozinha inteira, arreventou uma cama, chutou a TV. Em fúria e força explodia um homem que, sem palavras, parecia sufocar. Casa também é prisão.

E então com ainda mais força e valentia atava-se ao portão de ferro, fundindo-se. Com insistência e temor (seu e de outros) saiu, perdeu-se, retornou, saiu, perdeu-se, achou-se, retornou, saiu, achou-se, perdeu-se. Para casa sempre retorna.

Por estes caminhos ele ainda passa com sufoco, abrindo-os a si, a outros. Seu caminhar é prenúncio simples e direto de um encontro marcado, compromisso que dilui trancas de ferro e se perde - ou se acha - no ar.

Aquele homem fez para si uma casa em ruínas pois sabia que algo pedia passagem. Fundindo-se ao portão de ferro, entendeu que os respiros barulhentos de uma rua em movimento constituíam uma vibração outra, talvez necessária para que algo se forjasse para além das fronteiras já conhecidas de um equipamento de saúde mental.

Este equipamento, por sua vez, precisou exercitar um aprendizado nas/em ruínas para permitir que uma outra configuração de cuidado tivesse lugar. Um cuidado produzido muito além do encarceramento físico e simbólico da “segurança” de um “lar”.

Permitir um espaço de criação nas práticas em saúde pressupõe uma abertura necessária que se expressa no fato de que nenhum serviço ou equipamento jamais poderá conter a saúde em sua integralidade, pois esta é sempre uma matéria em movimento, ampliando-se e transformando-se a partir de um transbordamento das fronteiras institucionalizadas das burocracias de Estado. A saúde, ou a potência de vida (LAVRADOR, 2009), esta vida entendida como exercício ético desvinculado de qualquer finalidade ordinária, passa além das rotinas normatizadas dos serviços e nos convoca aos desafios, alegrias e riscos de uma constante experimentação com diferentes atores, lugares, discursos, afetos...

Neste sentido, o caminho das ruínas talvez se apresente como possibilidade para a construção de configurações potentes de cuidado e liberdade. Talvez até muito mais do que isso. No entanto, as ruínas de uma casa não se apresentam somente na forma explícita de um impulso que arreventa portas e cadeiras. É preciso ampliar seu significado. Elas, as ruínas, também se mostram impregnadas nas formas mais sólidas e acabadas, cientes

de suas grandes arquiteturas, mas ainda assim expostas inevitavelmente às intempéries do provisório, tempestades de pó e areia que criam e recriam as condições que fertilizam em rebeldia rachaduras, interstícios na matéria bruta, aberturas.

Tais aberturas não podem se fazer sem alguma dor e, óbvio, sem uma desconfiança com relação à marcha retilínea e triunfal das coisas, pois afinal de contas tudo pode andar mal (BENJAMIN, 2000). O medo e a insegurança que faziam os profissionais de uma residência terapêutica prender um “louco” dentro de casa talvez sejam os mesmos que assombram a nós, os “sãos”, no enfrentamento das rachaduras escuras que prenunciam em movimento outras faces de nós mesmos.

Aqui fazemos ecoar voz do louco Domenico, personagem de Tarkovsky (1983):

Ei, são! Que coisa significa a vossa saúde? Todos os olhos da humanidade avistam o precipício no qual todos poderemos cair. A liberdade não vos serve se não tendes a coragem de olhar em nossos olhos, de comer conosco, beber e dormir conosco! São os considerados “sãos” que trouxeram o mundo à beira da catástrofe.

Homem, escute! Em tu há água, fogo e, por fim, cinzas. (TARKOVSKY, 1983, tradução livre).

Domenico, o louco que grita alto em uma praça da cidade movimentada, adverte-nos à beira de um precipício: de nada serve uma suposta vida “livre”, iluminada com os holofotes certos de uma assepsia “sã”, sem o contato, ou melhor, o contágio com aquilo que escapa às arquiteturas sólidas, aos pilares rígidos de uma existência sempre mesma.

Sob estes pilares Domenico indica a insurgência necessária: olhar nos olhos da loucura, comer, beber e dormir com ela; aproximar-se do estranho, não apenas do “louco”, permitindo o contágio que funde um homem ao portão de ferro, faz escorrer o pó de café em desenhos negros que nascem e somem, delicados e quentes.

Ainda sob estas grandes construções Domenico lembra da água, do fogo. Assumindo para si o discurso firme dos profetas, recorda que também em meio à mais elementar matéria estão as cinzas, destruição, ruínas. Longe da crença de que estas últimas representem o final de toda vida, de toda história, talvez elas indiquem caminhos inimaginados que valeria a pena explorar, construir.

Na sina desta tragédia se encontram relampejos fugidios. Seria preciso aguardar à espreita e abrir espaço para eles como que numa atitude de luta que une perplexidade e ousadia: a perplexidade de quem, diante do abismo, reúne forças repentinamente para enfrentar os impulsos obscuros que impelem ao aniquilamento total; e ainda a ousadia iconoclasta que renega os velhos ídolos de mármore, voltando seu olhar para os veios porosos por onde pequenas machadinhas abrirão sulcos, buracos, fragmentos.

Poderíamos afirmar inspirados em Benjamin (1985) que esta ousadia toma a forma de uma nova barbárie. Uma barbárie não no sentido comum da palavra, que estaria associado a uma posição antitética à noção de cultura (uma cultura erudita, complexa e bela em oposição a uma barbárie fétida, selvagem, irracional). Fala-se aqui de uma barbárie nova, positiva, pronta para implodir o binarismo sustentado na equação ordinária que dividiria o mundo entre bárbaros e civilizados, bandidos e mocinhos, como manda o figurino de tantas histórias às quais nos acostumamos.

Muricy (1986) discorre sobre esta concepção de barbárie nova e positiva que é sinalizada no pensamento de Benjamin. Pressupõe-se, simultânea e paradoxalmente, que ela envolve uma desilusão absoluta com o presente e ao mesmo tempo uma fidelidade radical a ele, comprometendo de uma vez por todas o homem moderno com sua precária atualidade.

Os movimentos que levam ao gradual esfumaçamento da noção de experiência enquanto elemento de uma subjetividade ligada a uma tradição perdida levam o homem moderno à seguinte encruzilhada: “Estar despossuído do passado - da tradição - será então não só o encontro do presente em sua pobreza mas, principalmente, em sua urgência, como o que há para ser inventado, construído” (MURICY, 1986, p. 72).

Uma nova barbárie que apresenta caminhos para a superação de uma atualidade cada vez mais empobrecida pela perda do valor comunicativo das experiências. Esta nova barbárie poderá constituir uma arma de luta contra aquela outra, a barbárie negativa, esta sim verdadeiramente digna da preocupação daqueles que se comprometem com outros caminhos por vir.

É importante enfatizar que um conceito de barbárie positiva se distingue de sua antítese não pela via de uma valoração moral entre “bom” e “mau”, mas sim a partir de sua dinâmica de funcionamento. Talvez possamos considerar como barbárie positiva aquela que, em luta, busca afirmar outros caminhos para além daqueles já traçados pela vida moderna, que esfacela gradualmente as experiências singulares em favor do esquadramento das formas de vida em dimensões pré-fabricadas a serviço, sobretudo, da dinâmica de uma subjetividade capitalística².

A barbárie negativa tem como aliada a interioridade do homem burguês, cujas histórias e lembranças de alguma forma vão se desconectando de uma experiência mais ampla, coletiva. Uma certa expressão do homem moderno é o indivíduo cerrado em seu ambiente privado, acolhido por uma solitária interioridade cultivada em essência.

Neste quadro de referências, que alternativas restam para a abertura de outros caminhos que nos salvem do precipício alardeado pelo amigo Domenico? Talvez, arrisquemos, um olhar para a história tomando como partida o questionamento dos grandes monumentos de nossa cultura. Segundo Muricy (1986), um olhar bárbaro, positivo, iconoclasta, que busca se livrar do fardo pesado de uma cultura a serviço de códigos frios, quase sempre deslocada de vidas, corpos e afetos.

Este novo olhar busca uma outra relação com o passado, cavando sulcos na linearidade do tempo progressivo (inerente à noção de “progresso” da civilização moderna), abrindo espaço para o intempestivo. Neste sentido, ao discorrer sobre um importante ensaio benjaminiano, as teses “Sobre o Conceito da História”, Muricy (1986) afirma:

Essencialmente anti-historicista, a concepção de História das Teses afasta-se de qualquer linearidade evolutiva. Dela estão ausentes as ideias de uma ordem, de um telos, de qualquer processo dialético que, apaziguando seu caráter de luta, de confronto permanente, faz da História a canonização do ponto de vista dos vencedores. Na perspectiva dos vencidos, só há caos, catástrofes, rupturas. O historiador deve fazer explodir a continuidade homogênea de um tempo vazio, a linearidade do processo, e trabalhar com os fragmentos, com as ruínas do passado, cristalizados pelo olhar da atualidade, pela premência do perigo. (MURICY, 1986: 75).

As análises voltadas para o campo da historiografia não se limitam apenas a ela. Uma nova forma de pensar a história produz também suas ressonâncias no presente. A proclamada ausência de uma ordem teleológica abre outros campos de possibilidade na nossa relação com o passado, inaugurando uma atitude de permanente luta que não se conforma aos grandes discursos dos vencedores.

Deste ponto de vista, o anjo³ da história volta o seu olhar, atemorizado, para o passado. E onde o discurso da história tradicional vê conquistas e ovações, ele vê nada mais que ruínas no lugar dos acontecimentos; catástrofes em vez de grandes vitórias. Este passado em ruínas, nos conta Muricy (1986), dirige um apelo ao presente.

Este apelo urgente é encarado como tarefa essencial, trabalho que requer corpo, atenção, presença. Isto porque o presente que nos interpela não é apenas a transição para um futuro, uma “ponte” reta ligando a uma imagem idealizada, pura. Não se espera dele um desenrolar automático, desencarnado, de coisas ou acontecimentos. Ele é tempo imobilizado, descontinuidade, abertura. Por isso exige de nós um trabalho, permanência. Nele os cacos, as ruínas e o pó nos atravessam de relance, como o anjo de Klee, visando a uma renovação da imagem do passado, mas também e talvez mais importante, uma transformação da apreensão do presente (GAGNEBIN, 2014).

Não se trata de postular a recuperação de um tempo imemorial, em que outra relação com o tempo e a experiência seriam possíveis, mas de nos situarmos na distância histórica, estrangeira, que nos separa de práticas eclipsadas pelo advento de nossa modernidade. Com isso, liberar outras faces possíveis de nossa experiência em comum.

Sabendo disso, recolher, no instante de um olhar, as ruínas, escombros, os cacos. Contar as “bordas” de histórias não contadas, abafadas sob o ruidoso barulho de motores, de guerras, mídias e de todo o movimento de uma grande cultura que nos leva e que também levamos até aqui. Tarefa de uma barbárie positiva que se compromete com uma destruição alegre que deixa entrever sob rachaduras caminhos que se fazem sem cessar, como o pó que escorre à revelia da consciência das coisas.

O radinho de pilha, acinzentado pelo tempo e a sujeira, emitia sob ruídos de interferência uma música melosa, chorada. No fundo do quarto a mulher, com o rádio acoplado à cabeça, acenava discretamente numa saudação de bom dia. Permanecia os dias assim, acoplada ao pequeno rádio. Sua constância e ascetismo eram interrompidos apenas quando a pilha de seu companheiro começava a falhar. Então, arrumava-se com seda, perfume e discreto batom rosado, colocando-se a caminho do pequeno mercado das redondezas.

Por lá escolhia as melhores pilhas, quase sempre as mais caras. Pagava com um pouco de dinheiro que tirava da velha bolsinha de tecido.

Depois de garantido o suprimento de energia por mais alguns dias, fazia o trajeto de volta sempre por um caminho diferente. Ao invés de subir a ladeira em direção a sua casa, escolhia os caminhos tortuosos de ruas estreitas, ou então andava um longo bocado na avenida principal, para só depois subir por uma rua qualquer, quase sempre meio perdida, meio achada.

Ela ia cantando as músicas que ouvia no rádio velho. Junto a elas compunha seu caminho.

Chegava em casa e trocava as pilhas do rádio, ligando-o novamente.

Cansada, adormecia pesadamente ao som da música melosa, ainda de sapatos, preservando nas mãos a sacola do mercado e a embalagem das pilhas.

Talvez sonhasse com mais caminhos que aquela música e seus pés haveriam de encontrar.

E o pó de café coado segue escorrendo. Seu caráter de puro lixo, de refugo, o anima em pleno descompromisso com as finalidades de uma história contada do ponto de vista dos vencedores. E este pó encarna o retrato em movimento que se faz todos os dias em casa, na rua... Retrato de um cotidiano que escapa:

O cotidiano é a platitudo (o que atrasa e o que retumba, a vida residual de se enchem nossas latas-de-lixo e nossos cemitérios, rebotalhos e detritos), mas essa banalidade é não obstante também o que há de mais importante, se remete à existência em sua espontaneidade mesma e tal como esta se vive, no momento em que, vivida, subtrai-se a todo enformar-se especulativo, talvez a toda coerência, toda regularidade. (BLANCHOT, 2007: 237).

Cotidiano escapado de toda regularidade especulativa, platô que reúne os rebotalhos sempre vivos mas nunca capturáveis, que nos fornecem sua imagem fulgurante já no instante de uma dissolução. Sua força, jamais capturada em essência, é apreensível apenas nos efeitos - e afetos - despertados pelos fragmentos de cenas de todo dia, destruições, em meio às grandes edificações que nos impellem às identidades que vamos construindo e desconstruindo em movimento: “sãos”, “loucos”...

Ela, lânguida e sensual, dançava o forró. Dois pra lá, dois pra cá. Ela era a música, ela era a saia que voava deixando entrever o fervor das coxas flácidas. De repente para e resolve andar. Calada e sozinha; eu a alguns passos distante. A hora de voltar se aproxima, mas ela anda mais rápido, atravessa a alameda das árvores antigas, cumprimenta os habituais transeuntes na praça velha. Sai, atravessa o portão, a rua. Pega pela mão um homem que, perplexo, aceita. Traz o velho ao parque, juntos atravessam as árvores, ela fala qualquer coisa e, por fim, ambos param diante de alguns amigos que a esperavam para partir. “Trouxe este aqui”, diz ela. “Mas ele não é ‘nosso’!”, dizem os outros. Ela larga a mão do velho. Ele, sorrindo, vira as costas, vai embora.

Assim como uma mulher que dança, este cotidiano não se deixa apanhar na saída da praça velha. Ele anda mais além das paredes ou dos muros que nos circunscrevem a formas às vezes duras, mostrando-nos o exterior de onde poderíamos quem saber extrair alguma fluidez. Um exterior que não tem como referência pontos geográficos, localizações precisas, mas forças e usos estrangeiros que se apresentam nas coisas mesmas, que sentimos e apreendemos manuseando-as todos os dias.

Um esclarecimento: a ideia de cotidiano se presta a muitas interpretações. Com Blanchot (2007) poderíamos dizer, numa primeira aproximação, que o cotidiano é aquilo que somos imediata e frequentemente: trabalho, lazer, rua, casa... Nesta perspectiva ele é algo sem verdade própria, que “participa” nas figuras do “verdadeiro” encarnadas pelas transformações da apreensão humana: as mudanças econômicas, o desenvolvimento da técnica, os saberes da filosofia, da política etc.

Deste ponto de vista, far-se-ia necessário abrir esta ideia de cotidiano sobre a história, ou ainda, segundo Blanchot (2007), reduzir o seu setor privilegiado - a vida privada -, em nome de uma existência pública, ligada às exigências das transformações do presente. Mas isto não é suficiente. Em seu seio, tal operação ainda pode desembocar nas formas fascistas que opõe singularidades localizadas às exigências abstratas de uma

perspectiva universalizante. Neste último caso, pensar longe destas categorias do universal seria então uma empreitada digna de uma suspeita.

E é aqui que podemos entender o cotidiano de uma forma diferente. O cotidiano é o suspeito:

Donde deve-se pensar que o cotidiano é o suspeito (e o oblíquo) que sempre escapa à clara decisão da lei, mesmo quando esta busca perseguir, pela suspeita, toda maneira de ser indeterminada: a indiferença cotidiana. (O suspeito: o homem qualquer, culpado de não poder ser culpado). (BLANCHOT, 2007: 236).

Culpado de nunca ser culpado segundo as exigências prévias do mundo das normas, foragido de toda lei que visa esquadrihar seu espaço, ele escapa. Seguindo este movimento, ele renega as descrições que visam alocá-lo acessoriamente na existência média, quase sempre passível de cálculo em estatísticas de “normalidade”.

O cotidiano, então, passa a incorporar um sentido que faz dele “uma categoria, uma utopia e uma ideia, sem as quais não se poderia alcançar nem o presente escondido, nem o futuro desvendável dos seres manifestos” (BLANCHOT, 2007, p. 236). Quem sabe poderíamos pensar que se trata de uma utopia “desutópica”, não localizada em um lugar fixo, pré-determinado, mas aberta a um jogo infinito e imanente que em sua manifestação liberaria um “presente escondido”, na forma de outras possibilidades de experimentação de nós mesmos.

Comia com as mãos. Na bacia azul tinha carne refogada com abóbora, couve, feijão e muito arroz. Sem olhar para os lados, sentado no chão áspero do quintal cimentado, ele devorava tudo com rapidez e determinação. Comia com urgência.

A cena se repetia todos os dias e eram inúteis os esforços que buscavam convencer o homem a sentar à mesa e manejar os talheres. Preferia ficar assim, no quintal, comendo com as mãos.

Os dias se passavam e as tentativas que visavam “integrar” o homem ao ritual das refeições quase sempre eram logo abortadas, dada a resolutividade e firmeza daquele do quintal.

Até que um dia, enquanto todos comiam na cozinha, alguém avistou o velho sorrindo copiosamente. Sozinho, ele deixava os grãos de arroz escorrer por entre os dedos para então, com firmeza, jogar um bocado de comida para o alto, cobrindo um canto qualquer do terreno.

É aí que três pássaros em rasante catavam a comida ofertada.

A cada golpe de asas e garras, cantos e manobras.

E riso, gargalhada.

O cotidiano nestes dois sentidos (o de uma existência imediata, corriqueira, e o de uma utopia imanente) é ainda um algo a mais: o incessante paradoxo da mistura dessas duas imagens, sempre em movimento.

O homem de hoje, continua Blanchot (2007), está a um só tempo mergulhado no cotidiano e também privado dele. Este cotidiano é o mais próximo e também o mais longínquo, o familiar e o totalmente estrangeiro, o herói e o bandido. Ou ainda, é o que há para além ou aquém de todas estas formas, indefinível. Não há como pensá-lo de outra maneira, inútil escapar do paradoxo.

Quem escapa é ele, o cotidiano. Nuance de tons multicolor, ele é região que foge da determinação do verdadeiro e do falso, monstruoso simulacro que se manifesta em um nível da vida onde se destaca uma recusa a ser diferente, a ser qualquer coisa. Um platô que abriga uma “animação ainda indeterminada, sem responsabilidade e sem autoridade, sem direção e sem decisão, uma reserva de anarquia, já que repele todo começo e todo fim.” (BLANCHOT, 2007: 242).

Mas por que insistir nesse cotidiano inefável e confuso? Porque sua figura aparece e desaparece todos os dias na pequenez do café coado, na poeira que suja a varanda, na sacola de plástico que voa pela rua sem destino, no prato usado, na garrafa *pet* abandonada na geladeira; porque ele se alia, em sua errância, às histórias anônimas, destrutivas, que visam afirmar a dúvida trêmula do que temos feito de nós mesmos; porque o incômodo e a estranheza de seu movimento incapturável podem nos fazer querer contar histórias-outras, infinitamente menores, infames, que nos levem além da vida capturada em coloridos letreiros de *outdoor*.

Cotidiano vândalo, bárbaro, que quebra o portão de vidas trancadas, escondidas, quase sempre envergonhadas, espatifando em estilhaços cortantes os cacos de ferro há muito oxidados, velhos, fedidos. Cotidiano da ruína, do pó e do lixo que escorre sem cessar, deixando em seu rastro espaços vazios, veias, clareiras. Caminhos?

Duas ou três vezes por mês vestia a camisa do Flamengo e embarcava no 146 com destino ao bairro da infância. Carregava sempre o mesmo carrinho de feira e alguns sacos de lixo. Ao chegar às ruas do bairro abastado, onde há muitos anos havia morado com a mãe, iniciava o trabalho. Andando meio curvado, braços um tanto descoordenados e pernas arqueadas, abaixava e levantava com rapidez e automatismo. Recolhia do chão imundo as latinhas de alumínio, que acumulava todas no carrinho. Coloridas, elas compunham um patchwork em tons metálicos fortemente refletidos na luz da tarde quente. Barulhentas, anunciavam alto seus tremeliques no velho e quase quebrado carrinho.

De vez em quando o moço abandonava a rua descoberta e entrava em algum estabelecimento. Perguntava se tinham por ali alguma latinha ou alimento, por vezes algum trocado. Voltava de mãos abanando.

Sério.

E então continuava, com pernas arqueadas, desengonçado, em seu carregamento *patchwork* de sons e luz.

Cotidiano perigoso, demolidor. Nestes escritos e em qualquer lugar ele se apoia na figura do anônimo, histórias sem nome e sem rosto, forças corrosivas. Este homem do cotidiano não é mais homem, mas um monstro qualquer que deambulando também escapa. Ateu, ele não entende a oposição entre criação e morte: ele nunca precisou ser criado porque nunca teve início. Sempre esteve no meio.

Este monstro é um herói sem capa, bastardo:

O herói, não obstante homem de coragem, é aquele que tem medo do cotidiano, e não porque tema viver aí excessivamente à vontade, mas porque teme encontrar aí o mais temível: um poder de dissolução. O cotidiano recusa os valores heroicos, mas isso porque recusa ainda mais: todos os valores e a própria ideia de valor, arruinando novamente a diferença abusiva entre autenticidade e inautenticidade. (BLANCHOT, 2007: 244).

Frente ao cotidiano como força corrosiva podemos erguer barricadas. Trancafiado nas certezas domésticas de uma privacidade inatacável, o homem da existência “média” pode recusar a envolver-se nesta utopia sem lugar, mantendo intocáveis, segundo Baptista (2013), os pessimismos paralisantes, conformados, ou ainda os otimismo protegidos, limpos, afastados do sangue e do suor dos campos de luta.

O mesmo autor bem adverte que o homem comum se encontra aprisionado pelas dívidas de uma existência que o impele ao empreendedorismo “non-stop” de si, endividado permanentemente nas transcendências de um Deus ou do mercado (outro “Deus”?) a quem responde, solicitamente, com o reforçamento de seu “eu” como fortaleza intocável, ainda que medrosa; diamante lapidado que esconde ou esquece de suas rachaduras.

Este homem “desprezaria a alegria da morte que o faria esquecer do seu atônito eu. Esquecimento dadivoso, legado por uma versão de cotidiano plena de destruições, demolições de formas e sentidos aprisionados por verdades imaculadas”. (BAPTISTA, 2013: 20).

É por isso que a força destrutiva do cotidiano não se deixa prender no cárcere de uma existência sempre privada, íntima. Que esperança de dissolução poderia haver no conforto dos lugares-comuns que reivindicam a soberba estabilidade de um “eu” sempre

igual, permanente, consciente de uma soberana vontade? Seria talvez importante e necessário aprender a demolir as paredes para desafogá-lo, movê-lo de si próprio, abrindo um espaço para o exercício de parcerias inesperadas, aturdidas afetações, encontros, alianças loucas.

Por isso, livre e incapturável, “o cotidiano não está no calor dos nossos lares, não está nos escritórios nem nas igrejas, nem tampouco nas bibliotecas ou nos museus. Está - se estiver em algum lugar - na rua”. (BLANCHOT, 2007: 242). A rua carrega em si o paradoxo de ser muito mais importante do que os lugares que conecta. Um lugar de passagem, mas não uma passagem esterilizada, comodamente disciplinada nos caminhos pavimentados e limpos da ordem e da lei, mas uma passagem anônima, palco de encontros e vibrações, pó, cacos e cinzas.

O cigarro é enrolado com fumo escuro e folhas de papel chamex. A primeira tragada desce rasgando, inclemente, pelas vias da garganta virgem. Os dias se passavam quase sempre em companhia daquele fumo, em casa e na rua. O improvisado cigarro constituía moeda de troca das mais insidiosas. Tesouro valioso que dentro de casa era regulado com rigorosa atenção: o fumo tinha sua hora e seu lugar limitados ao fim de cada refeição.

Mas a cada final de tarde o rapaz de chinelos e boné meio torto resolvia dar uma saidinha. Seus passos não eram de uma deriva simples na avenida movimentada. Silencioso, ele ia de cabeça baixa, parecendo ignorar o movimento e o barulho um tanto incômodos do engarrafamento da hora do rush.

De repente, sem aviso, ele para em frente a uma janela. De lá de dentro sai então uma mão enrugada, magra, de dedos muito finos e delicados. Nela pendia um cigarro fino, destes que se costuma comprar na banca de jornal.

Atenciosamente, aquela velha mão acende a chama do cigarro já acoplado na boca do rapaz.

Sem dizer obrigado, ele segue sua viagem ainda de cabeça baixa e pouco preocupado com as coisas ao redor.

Pelo caminho deixava cair as cinzas de seu cigarro fino.

Cinzas que caíam em vulto, cujos desenhos esfumaçados perduravam apenas por um instante, indo em direção à calçada já dissolvidas pelo ar.

Em rastros incapturáveis ele andava.

Desaparecia.

Pode ser que naquela rua as cinzas de cigarro fino ainda caíam em desenhos furtivos, desaparecendo uma vez mais. Naquela rua e em tantas outras, ainda, talvez o discurso do louco Domenico ressoe no instante feito de mãos enrugadas, cabeça baixa e cinzas de cigarro, convocando seus atentos ou distraídos ouvintes a uma abertura.

3. Aberturas, rachaduras

Este trabalho-ensaio pode servir de disparador para o reforçamento da luta por um cuidado em liberdade no campo da saúde mental. Aposta-se que ele opere brechas e aberturas para afetações e alianças que se processem à revelia de toda transcendência que busque totalizar, controlar e gerir a potência política do encontro com o outro. Encontro que se faz na rua, lugar do cotidiano, das passagens anônimas, das afetações que ampliam os territórios conhecidos para além de suas fronteiras, abrindo e rachando as certezas prontas, universais, em nome de um presente em construção.

Uma construção paradoxalmente alicerçada sobre um cotidiano em ruínas, destruições alegres, sobre uma barbárie positiva. Movimentos que deslocam e ampliam uma luta antimanicomial sempre viva, recusando cárceres físicos ou simbólicos, levando-nos com tenacidade e ousadia pelos discretos sinais de caminhos que, desviando-se de um precipício, ainda insistem diante do olhar.

Referências

- BAPTISTA, Luis Antônio. Demolições da memória de um psicólogo anônimo: a invasão no cotidiano por flechas do Vietnã. *Mnemosine*, v. 9, n. 2, p. 19-34, jul./dez. 2013.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas II: rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BLANCHOT, Maurice. *A conversa infinita: a experiência limite*. São Paulo: Escuta, 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Residências terapêuticas: o que são, para que servem*. Brasília: 2004.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Limiar, aura e rememoração: ensaios sobre Walter Benjamin*. São Paulo: Editora 34, 2014.
- GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Campinas: Papyrus, 1990.
- LAVRADOR, M. C. C. Rede de cuidados na atenção em saúde mental: disparando potências de vida. In: FREIRE, M. S. *A importância da intersectorialidade na atenção em saúde mental*. Serra: Prefeitura Municipal, 2009, p. 19-25.
- MACHADO, L. D. LAVRADOR, M. C. C. As políticas que incidem sobre a vida. *Estudos e pesquisas em psicologia*, v. 10, n.1, p. 118-133, jan./abr. 2010.
- MURICY, Kátia. Tradição e barbárie em Walter Benjamin. *Gávea: revista de história da arte e arquitetura*, n. 3, p. 69-77, jan./dez. 1986.
- TARKOVSKY, Andrey. *NOSTALGIA*. Produção: Franco Casati. Itália, 1983.

Mario Cesar Carvalho de Moura Candido
Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional da Universidade
Federal do Espírito Santo (UFES).
E-mail: mariocesar.candido@gmail.com

Maria Cristina Campello Lavrador
Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional da Universidade
Federal do Espírito Santo (UFES).
E-mail: cris.campello02@gmail.com

¹ Este texto será povoado por pequenas narrativas recuadas à direita. Elas foram inspiradas em cadernos de campo produzidos ao longo de uma pesquisa feita em um serviço residencial terapêutico, junto a ex-internos de um hospital psiquiátrico, antigo Hospital Aduado Botelho, na região da Grande Vitória, ES.

² Guattari (1990) pode fornecer algumas ferramentas para pensarmos sobre o entranhamento das formas da cultura capitalista nas dimensões da subjetividade. O autor fala de uma “subjetividade capitalística”, exercitada na captura que se faz a partir das estratégias de controle da diferença e da submissão dos modos de vida ao crivo de aparelhos e quadros de referência especializados. Assim vão se apagando as potências criativas do exercício das singularidades processualmente ativas, desvinculadas do isolamento em categorias identitárias afeitas ao controle da racionalidade de Estado. No sentido tratado pelo autor, a noção de singularidade se diferencia de uma mera “individualidade” na medida em que trata de uma potência impessoal e anônima (MACHADO e LAVRADOR, 2010) que nada deve a uma consciência de si mesmo. A singularidade cobra alianças, agenciamentos que nos deslocam de um “eu” fechado, cheio de “opiniões”, buscando conexões com as matérias múltiplas e heterogêneas que permeiam o conceito de subjetividade como abertura, construção coletiva.

³ “Anjo” em referência à pintura de Paul Klee, *Angelus Novus*, citada por Benjamin (1985) em uma das construções alegóricas do artigo “Sobre o Conceito da História”. Nela, o autor destaca a atitude de perplexidade com que ele, o anjo, olha para o passado, de relance, sendo ao mesmo tempo impelido sem escolha para o futuro.